



OFICINA EDITAIS - POLÍTICA DE MANANCIAIS PCJ

Piracicaba, 11 de Setembro de 2026.



Oficina Edital Seleção de Áreas

- ✓ 09h00 – 09h20 Abertura e boas-vindas;
- ✓ 09h20 – 09h30 Introdução;
- ✓ 09h30 – 09h50 Priorização de áreas e conceitos gerais relacionados à delimitação das microbacias de interesse;
- ✓ 09h50 – 10h40 Apresentação sobre o Ato Convocatório nº 01/2026 (Programas I e II) da Política de Mananciais PCJ e a seleção de projetos;
- ✓ 10h40 – 11h00 Espaço para questionamentos e troca de experiências;
- ✓ 11h00 – Encerramento.

Programação

PROGRAMAÇÃO

Agência das Bacias PCJ



A Agência das Bacias PCJ é o **braço executivo** dos **Comitês PCJ**.

Responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e o **gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados** (Cobrança PCJ Federal, Cobrança PCJ Paulista e CFURH - Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica).

É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias.

Para saber mais, acesse o link de nosso site:

<https://agencia.baciaspcj.org.br/institucional/>



|Sobre a Agência das Bacias PCJ|

A Agência das Bacias PCJ é o braço executivo dos Comitês PCJ, sendo responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e o gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados tanto com a cobrança pelo uso das águas nas Áreas de domínio da União, quanto nos rios de domínio do estado de São Paulo, bem como dos recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico. É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias. Para mais informações, acesse o site da Agência das Bacias PCJ, ou entre em contato.

AGÊNCIA

O que são Planos de Recursos Hídricos?

Planos diretores de longo prazo.

Elaborados por bacia hidrográfica, estado ou União.

Instrumento de planejamento da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997).

Definem metas e programas de investimentos.

Garantir a disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequadas.

Estabelecem prioridades de uso em situações de escassez.

Incluem diagnóstico, prognóstico e cenários futuros.

Orientam a aplicação de recursos financeiros e a priorização de investimentos.

São construídos com participação do poder público, usuários e sociedade civil (comitês de bacia).

Devem ser periodicamente revisados e atualizados.

Evolução do Plano das Bacias PCJ (1984-2020)



Fundamentação legal



Federal

Lei Federal n.º 9.433/97



São Paulo

Lei Estadual n.º 7.663/91



Minas Gerais

Lei Estadual n.º 13.199/99

O Plano das Bacias PCJ 2020–2035



DIAGNÓSTICO



PROGNÓSTICO



PLANO DE AÇÕES E
INVESTIMENTOS



Garantia do Suprimento
Hídrico e Drenagem (GSH);



Enquadramento dos Corpos
de Água (ECA);



Águas Subterrâneas (AS);



Conservação e Uso da Água e
do solo no Meio Rural e
Recomposição Florestal (CRF);



Educação Ambiental,
Integração e Difusão de
Pesquisas e Tecnologias (EA);



Gestão de Recursos Hídricos
(GRH).

O PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035



ÁREAS DE CONTRIBUIÇÃO (ACs) NAS BACIAS PCJ



Divisões das sub-bacias que representam trechos homogêneos dos cursos d'água



Legenda

- Hidrografia Principal
- Massa d'água
- Limite das Bacias PCJ
- Limite Municipal

Sub-Bacias (nº de ACs)

- | | |
|------------------|-----------------|
| Atibaia (43) | Jaguari (46) |
| Camanducaia (17) | Jundiá (22) |
| Capivari (25) | Piracicaba (51) |
| Corumbataí (21) | |

O que são?

As Acs são divisões das subbacias que representam trechos homogêneos do curso da água utilizados na modelagem.

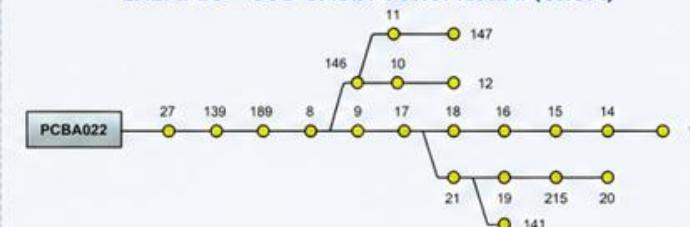
Estrutura

- 225 Acs
- Agrupamentos de trechos da rede hídrica superficial

CrITÉRIOS de segmentação

- Ocupação do solo
- Existência de postos hidrológicos ou de qualidade de água
- Extensão e importância dos cursos d'água
- Ajustes aos limites municipais

EXEMPLO - SUB-BACIA CORUMBATAÍ (CRUM)



Fonte: Relatório Final PBH PCJ 2010-2020

Áreas críticas e prioridades para a gestão de recursos hídricos



Universalização da:

- Coleta de Esgotos Sanitários - Tratamento de Esgotos Sanitários em Nível Secundário



Ações em Prevenção de Inundações e Drenagem Urbana



Implementação de Tratamento Terciário para:

- Fósforo – Nitrogênio - Abatimento de Coliformes Termotolerantes



Proteção de Mananciais e Recuperação Florestal



Estudos de:

- Mananciais Alternativos - Reúso de Água



Promoção do Uso Eficiente da Água na Agricultura



Controle de Perdas no Abastecimento



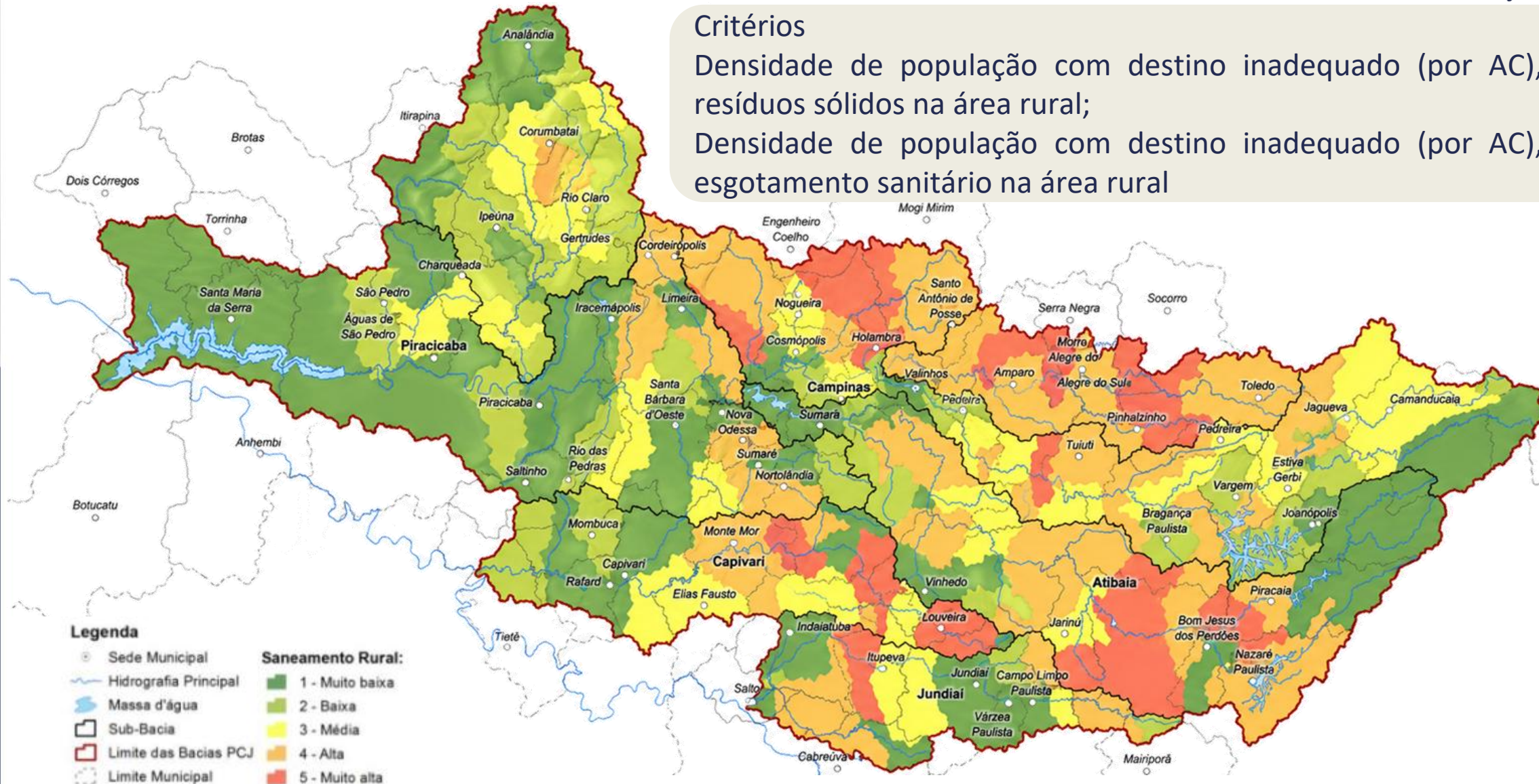
Saneamento Rural

Indicação de prioridades locais para temas estratégicos

Critérios

Densidade de população com destino inadequado (por AC), para resíduos sólidos na área rural;

Densidade de população com destino inadequado (por AC), para esgotamento sanitário na área rural



Quadro 44 – Classificação das ACs em relação à conservação, uso da água e do solo no meio rural, recomposição florestal e saneamento rural.

Escala de criticidade – sendo 1, menos prioritário e 5, mais prioritário para o ranqueamento espacial dos temas de Conservação, Uso da Água e do Solo No Meio Rural, Recomposição Florestal e Saneamento Rural

1 – Muito baixa 2 - Baixa 3 - Média 4 - Alta 5 – Muito Alta						
ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO	Sub-bacia	Uso da água no meio rural*	Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com Vistas à Proteção de Recursos Hídricos*	Conservação, recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga *	Conservação, recuperação e restrição*	Saneamento Rural*
ATIB044	Atibaia	2	1	14	15	3
ATIB047	Atibaia	2	1	15	16	3
ATIB050	Atibaia	4	1	15	16	4
ATIB051	Atibaia	7	1	16	17	4
ATIB052	Atibaia	6	1	16	17	5
ATIB053	Atibaia	6	2	13	15	3
ATIB054	Atibaia	4	2	17	19	6
ATIB055	Atibaia	6	1	15	16	7
ATIB056	Atibaia	4	1	12	13	5
ATIB083	Atibaia	6	1	19	20	8
ATIB084	Atibaia	2	1	18	19	6
ATIB085	Atibaia	6	1	16	17	5
ATIB086	Atibaia	7	1	13	14	7
ATIB087	Atibaia	4	1	19	20	7
ATIB088	Atibaia	5	1	19	20	7
ATIB089	Atibaia	6	3	15	18	9
ATIB090	Atibaia	3	1	15	16	5
ATIB091	Atibaia	6	1	17	18	4
ATIB092	Atibaia	4	1	14	15	3
ATIB093	Atibaia	2	1	11	12	7
ATIB094	Atibaia	5	1	16	17	6
ATIB095	Atibaia	3	3	18	21	8
ATIB096	Atibaia	5	1	12	13	8
ATIB097	Atibaia	2	2	19	21	3
ATIB098	Atibaia	4	3	15	18	6
ATIB099	Atibaia	3	3	13	16	7
ATIB100	Atibaia	5	3	13	16	2
ATIB101	Atibaia	5	1	14	15	3
ATIB102	Atibaia	2	3	16	19	2
ATIB103	Atibaia	4	1	18	19	2
ATIB136	Atibaia	2	1	16	17	3
ATIB137	Atibaia	2	1	22	23	7
ATIB138	Atibaia	5	2	20	22	3
ATIB148	Atibaia	6	1	13	14	8
ATIB153	Atibaia	2	1	18	19	2

Conservação, uso da água e do solo no meio rural, recomposição florestal e saneamento rural –

CRF (3)

Eixos temáticos

Programas ➡ 16 ações

Mapas de referência

(1)



Proteção de
Mananciais e
Recuperação
Florestal

1

Diagnóstico de Adequação
Ambiental

2

Recuperação de Nascentes, Matas
Ciliares e Áreas de Recarga

3

Pagamento por Serviços Ambientais

Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com
Vistas à Proteção de Recursos Hídricos

Conservação, Recuperação de Nascentes,
Matas Ciliares e Áreas de Recarga

Conservação, Recuperação e Restrição

(2)



Promoção do
Uso Eficiente da
Água na
Agricultura

1

Uso da Água e Conservação do Solo
na Agricultura

2

Zoneamento Hidroagrícola

Usos da água no meio rural

Zoneamento Hidroagrícola

(3)



Saneamento
Rural

1

Esgotamento Sanitário, Resíduos
Sólidos e Abastecimento

Saneamento Rural

16 ações respectiva priorização



Conservação, uso da água e do solo no meio rural, recomposição florestal e saneamento rural – 3

	CÓDIGO DA AÇÃO	AÇÃO	PRIORIDADE
	3.1.1.1	Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	MUITO ALTA
	3.1.2.1	Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	MUITO ALTA
	3.1.2.2	Promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga	MUITO ALTA
	3.1.2.3	Incentivo à proteção das áreas sujeitas à restrição de uso	MÉDIA
	3.1.2.4	Fomento à elaboração de planos integrados de recomposição florestal e proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado	MÉDIA
	3.1.2.5	Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal (fonte: PDRF)	MÉDIA
	3.1.2.6	Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal (fonte: PDRF)	MÉDIA
	3.1.2.7	Planejamento, realização de ações e eventos de educação ambiental relativas aos recursos hídricos em áreas protegidas	MÉDIA
	3.1.3.1	Implementação de projetos de PSA	MUITO ALTA
	3.2.1.1	Execução de intervenções de conservação de solo	ALTA
	3.2.1.2	Elaboração de um Plano de Contingência para intervenções nas microbacias de maior criticidade em casos de conflitos pelo uso da água durante períodos de escassez	BAIXA
	3.2.2.1	Estudo para elaboração de proposta metodológica para zoneamento hidroagrícola	BAIXA
	3.2.2.2	Elaboração do zoneamento Hidroagrícola das Bacias PCJ	BAIXA
	3.3.1.1	Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	ALTA
	3.3.1.2	Fomento a Planos Municipais de Saneamento Rural	ALTA
	3.3.1.3	Adequação de instalações para disposição temporária para recolhimento de resíduos	MUITO BAIXA

**Gestão da
implementação
do Plano de
Bacias PCJ 2020 a
2035**



**Relatório de acompanhamento da Implementação do Plano das
Bacias PCJ 2020 a 2035 - Ano de análise: 2025**



Status de execução de cada ação
por eixo temático;



Índice Global de Avanço do PBH-
PCJ para 2025;



Situação atual dos municípios frente
às metas de saneamento;



Histórico dos indicadores de
saneamento por município;



Situação atual dos municípios frente
às projeções populacionais.

PDRF

Objetivos

Histórico

PDRF

- O Plano Diretor de Recomposição Florestal (PDRF) é um instrumento estratégico de planejamento ambiental, cujo **foco principal é a conservação da água nas Bacias PCJ**. Ele orienta ações de restauração e define áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa.
- Plano Diretor para recomposição florestal visando à produção de água nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – 2005 (https://agencia.baciaspcj.org.br/docs/plano-diretor-florestal/prog-recomp-florestal_vol_1.pdf)
- Atendimento às diretrizes do Plano de Bacias 2010-2020: atualização do PDRF (2016-2017).

Metodologia

Estrutura PDRF

- Diagnóstico florestal;
- Mapeamento áreas;
- Hierarquização;
- Plano de ação e metas.

PDRF

CRF

Objetivos

Premissas

CRF

- Caderno Temático de Uso da Água e do solo no Meio Rural e Recomposição Florestal - CRF: <https://www.comitespcj.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Caderno-Tematico-de-Uso-da-agua-e-do-solo-no-meio-rural-e-Recomposicao-Florestal.pdf>;
- Objetivo: Avaliação da situação das Bacias PCJ quanto aos aspectos ambientais que se relacionam **diretamente com os recursos hídricos**;
- Temáticas norteadoras:
 - Política de Mananciais (2015; 2018);
 - PDRF 2018;
 - Uso da água na agricultura;
 - Saneamento Rural.



**PBH PCJ 2020
a 2035**

O PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035

PRIORIZAÇÃO

Priorização de áreas e conceitos gerais

Priorização Plano das Bacias PCJ - CRF

- Escala regional – Áreas de Contribuição (ACs);
- Escala municipal – Municípios por classe de prioridade.
- Priorização: Classes de Prioridade (1 a 5)

Muito Alta	5
Alta	4
Média	3
Baixa	2
Muito Baixa	1

Priorização Plano das Bacias PCJ 2020-2035

“Mapa Proteção de Mananciais”

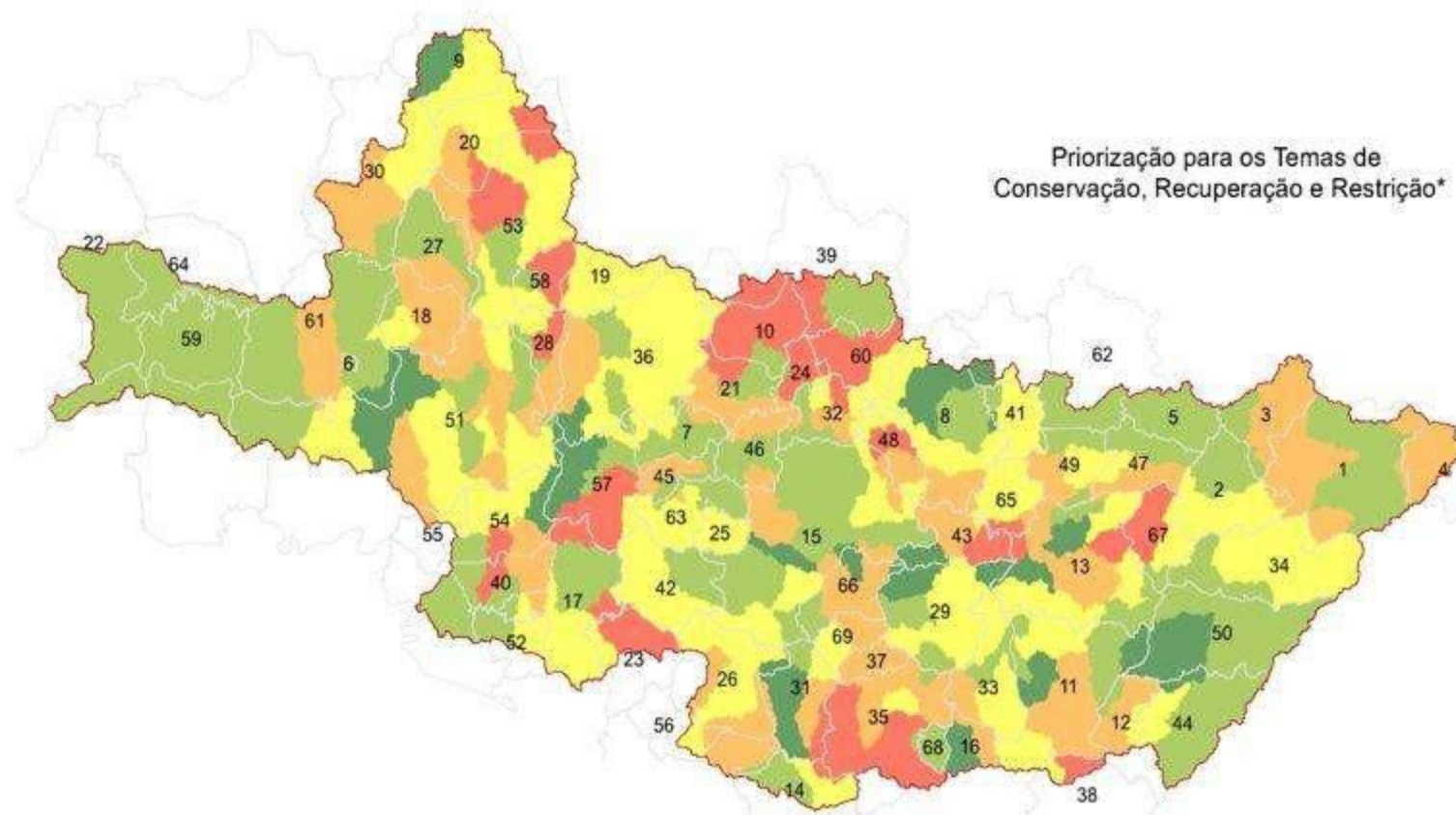
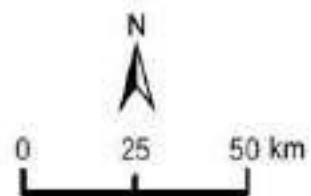
Mapa 3.5 - Priorização dos Municípios e ACs para o Tema de Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal

Legenda

- Limite Municipal
- Limite das Bacias PCJ

Priorização dos municípios

- 1 - Muito baixa
- 2 - Baixa
- 3 - Média
- 4 - Alta
- 5 - Muito alta



- **Definição:**

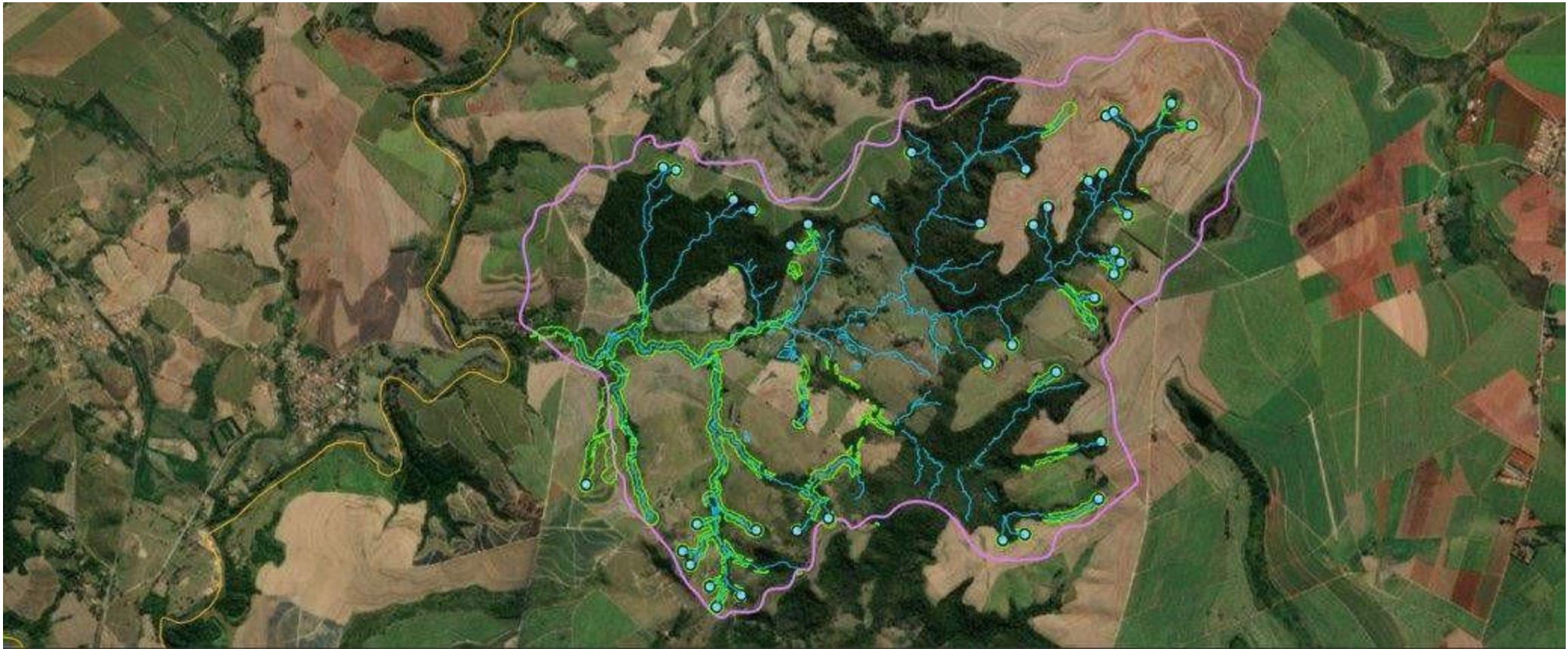
Áreas de extrema importância para os municípios, visando a manutenção do suprimento hídrico à população e demais interessados, como as regiões em que ocorrem as captações de água para abastecimento público - **Mananciais**

"Área escopo do pleito" - pode ultrapassar a área da microbacia (em virtude da área total das propriedades)

Áreas de Interesse



Microbacia



Política de Mananciais

- **O que é a Política de Mananciais?**

É um documento que visa a instrumentação para a aplicação de recursos no território das Bacias PCJ.

Funciona como ferramenta de apoio à conservação das águas, do solo, da vegetação nativa, das áreas úmidas, brejos, das lagoas marginais e de nascentes. Tal ferramenta garante acesso de forma segura e protegida aos recursos hídricos, além de orientar iniciativas voluntárias de recuperação.

- **Como ?**

Através da criação de programas de Recuperação Ambiental, de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA, de Incentivo à criação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais- APRM de interesse regional e de Proteção da Mata Atlântica, no âmbito dos Comitês PCJ;

Deliberação nº 307/18

Deliberação dos Comitês PCJ no 307/2018, de 14/12/2018 (**atualizações em breve**)
Aprova a Revisão da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ - **Política de Mananciais PCJ** e dá outras providências.

Estruturantes

Programa I

Recuperação de Áreas
de Interesse

Programa II

Pagamento por
Serviços Ambientais- PSA PCJ

**Editais para Seleção de Áreas
(Programa I) e
Propostas (Programa II)**

Estratégicos

Programa III

Áreas sujeitas à restrição de uso com vistas à
proteção de recursos hídricos

Programa IV

Proteção da Mata
Atlântica e Cerrado

**Estratégias regionais para
recuperação, conservação e
proteção (Rede de Áreas Protegidas;
Capacitação PMMA/Cerrado)**



Em qual destas etapas o seu município está?

1ª Etapa

A base para entrada nos Programas de Mananciais PCJ é a criação de uma Unidade de Gestão de Projetos (UGP), que deve ser composta por um grupo de técnicos capazes de debater o arcabouço legal, definir a microbacia de interesse, definir as áreas e os objetivos da recuperação ambiental.



2ª Etapa - Prospecção de Área (Programa I da Política de Mananciais PCJ)

Como os projetos acontecem em propriedades particulares, onde está a maior parte dos mananciais das Bacias PCJ, o Primeiro passo é buscar anuência e adesão dos proprietários. Por possuírem laços estreitos com a comunidade rural, os agentes municipais costumam ter mais êxito nesta jornada. Caso o município precise de ajuda nesta etapa, já é possível pleitear recurso para a prospecção, conforme nosso Edital.



3ª Etapa - Diagnósticos Ambientais (Programa I da Política de Mananciais PCJ)

Com as anuências dos proprietários rurais, o município está apto a realizar os Projetos Integrais de Propriedades (PIPs), por meio de corpo técnico municipal ou através de nossos editais. Como resultado desta etapa, os proprietários e a prefeitura receberão documentos descritivos com detalhes das ações a serem executadas para efetiva adequação ambiental das áreas.

Em qual destas etapas o seu município está?



4ª Etapa - Execução de intervenções (Programa I da Política de Mananciais PCJ)

Via Contratação: com os PIPs estruturados, o município poderá captar recurso para as execuções de restauração ecológica (cercamento e restauração) e de saneamento rural, conforme edital. Mais uma vez uma empresa especializada deve ser contratada para a execução dessas tarefas.



5ª Etapa - Execução do Pagamento pro Serviços Ambientais - PSA (Programa II da Política de Mananciais PCJ)

Com o PIP, as anuências dos proprietários e os Termos de Referência, o município pode captar recurso para as ações dentro de um Programa de PSA Municipal, como UCE de monitoramento e o pagamento por serviços ambientais aos proprietários rurais que atuam como protetores das áreas de restauro.

...

Processo de seleção de projetos – Programa I e II da Política de Mananciais PCJ

Seleção de propostas de empreendimentos com objetivo de executar ações de restauração florestal, intervenções de saneamento rural, contratação de unidade coordenadora de Execução (UCE prospecção) e (UCE monitoramento) e incentivo econômico aos proprietários (PSA).

SELEÇÃO DE PROJETOS

Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada

Programa	Objetos passíveis de financiamento	Valores mínimos e máximos (Anexo II)
Programa I	A – Unidade Coordenadora de Execução – UCE Prospeção: contratação de empresa especializada para mobilização de proprietários rurais e prospecção de propriedades rurais para adesão e implementação de Projeto ou Programa Municipal de Proteção de Mananciais;	A – R\$ 150.000,00 a R\$500.000,00
	B – Restauração Ecológica: podendo ser incluídas intervenções visando o reflorestamento em área de APP e Reserva Legal e cercamento para isolamento dos fatores de degradação;	B – R\$ 200.000,00 a R\$1,5 mi
	C – Saneamento Rural: para adequação ambiental de propriedades rurais constantes de PIPs, voltadas à proteção de mananciais de interesse par ao abastecimento público;	C – R\$ 150.000,00 a R\$800.000,00
Programa II	D – Incentivo Econômico: pagamento a proprietários rurais geradores de serviços ambientais visando prestar apoio às ações de um Programa de PSA municipal;	D – R\$ 150.000,00 a R\$500.000,00
	E – Unidade Coordenadora de Execução – UCE Monitoramento: contratação de empresa para prestação de apoio no monitoramento das ações vinculadas a um	E – R\$ 150.000,00 a R\$500.000,00

Deliberação dos Comitês PCJ nº 546/26, de 27/08/2026

Aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos no 01/2026, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao exercício de 2027, na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, e dá outras providências.

Acesso: <https://www.comitespcj.org.br/wp-content/uploads/2026/08/DelibComitesPCJ-546-26.pdf>

Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada

A – Unidade Coordenadora de Execução – UCE Prospecção

Atividades:

Levantamento de Informações;
Elaboração de Plano de Ação para a prospecção;
Visitas Técnicas;
Mobilização Social – Reuniões com proprietários (Café, Prosa e PSA);
Obtenção das Anuências.



Elaboração de cartilha para entrega ao proprietário



Equipe da Prefeitura disponível e auxiliando em todas as etapas do Processo



Reuniões: Café, Prosa e PSA



Equipe estratégica montada com pessoas da região que conhecem os Proprietários locais e o Projeto de PSA da Prefeitura

Objetivo: Meta de 50 anuências superada: 27 anuências na microbacia do Ribeirão do Marins, 25 anuências localizadas na Microbacia do Ribeirão do Congonhal e 01 propriedade localizada entre as microbacias

Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada

B – Restauração ecológica e/ou cercamento

Atividades:

Plano de Trabalho e instalação da Placa de Obra;
Limpeza manual da vegetação, execução de plantio e/ou cercamento;
Após a execução em diante* – Manutenção do plantio e/ou do cercamento;
Duração de cerca de 04 anos de Projeto



Plantio e manutenção das mudas da restauração

Objetivo: Implantação de restauração e/ou cercamento e manutenção por um período de 04 anos, para o pleno desenvolvimento das mudas e manutenção da cerca enquanto as mudas se desenvolvem



Construção da cerca e manutenção



Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada

C – Saneamento Rural

Atividades:

Plano de Trabalho (Projeto executivo e estudo prévio: estudo de percolação e declividade) para instalação dos biodigestores e instalação da Placa de Obra;

Limpeza manual da vegetação e instalação da Etapa I dos biodigestores (5 sistemas);

Limpeza manual da vegetação e instalação da Etapa II dos biodigestores (6 sistemas);

Limpeza manual da vegetação e instalação da Etapa III dos biodigestores (5 sistemas);



Limpeza do terreno e abertura das valas de instalação



Instalação dos anéis de concreto



Abertura das valas para fazer a ligação do sistema para a residência



Instalação da CAIXA de gordura



Tela com brita e concretagem

Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada

C – Saneamento Rural

Atividades:

Plano de Trabalho (Projeto executivo e estudo prévio: estudo de percolação e declividade) para instalação das fossas e instalação da Placa de Obra;

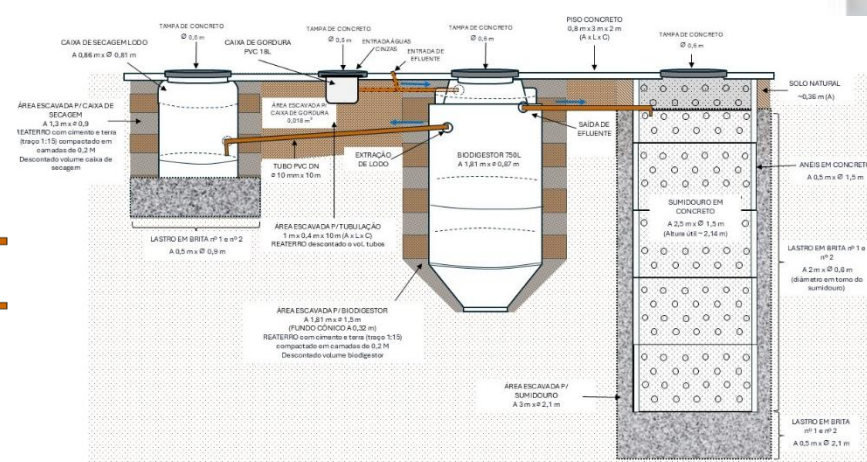
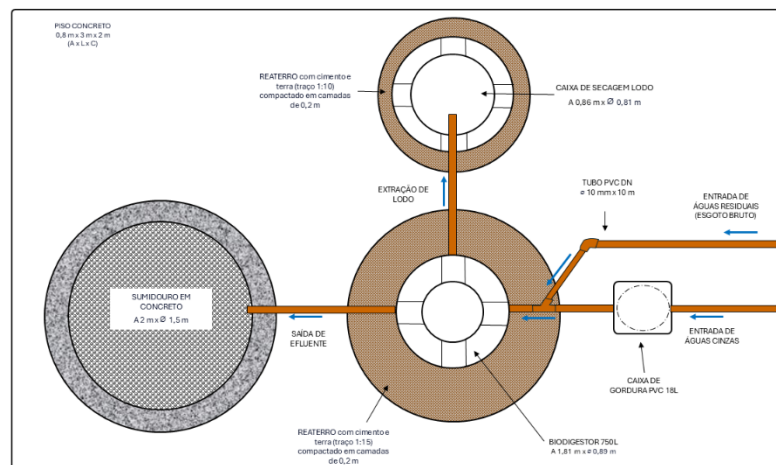
Limpeza manual da vegetação e instalação da Etapa I dos biodigestores (5 sistemas);

Limpeza manual da vegetação e instalação da Etapa II dos biodigestores (6 sistemas);

Limpeza manual da vegetação e instalação da Etapa III dos biodigestores (5 sistemas);



Sistema finalizado com as tampas de concreto prontas e pintura realizada



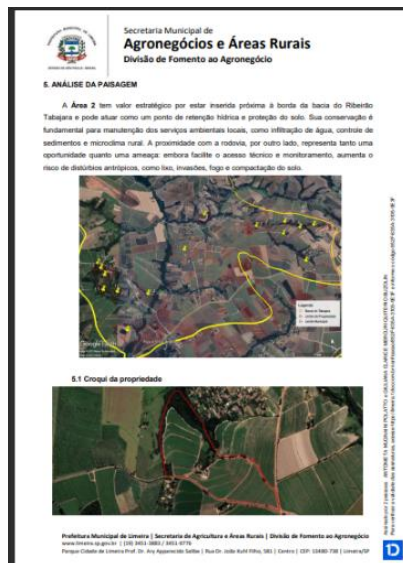
Projeto básico do sistema

Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada D – Incentivo Econômico

Atividades:

Pagamento PSA aos Proprietários rurais Parcela 01;
Pagamento PSA aos Proprietários rurais Parcela 02;
Pagamento PSA aos Proprietários rurais Parcela 03;
Pagamento PSA aos Proprietários rurais Parcela 04;



Relatórios descritivos de atividades a cada Medição para subsidiar o pagamento da Parcela

Vistorias realizadas pela equipe da Prefeitura (Único projeto que não tem licitação)

Edital de Projetos para os Programas I e II

Cobrança PCJ FEDERAL – Demanda Priorizada

E – Unidade Coordenadora de Execução – UCE Monitoramento

Atividades:

Plano de Trabalho;

PT em diante* – Relatório Descritivo de Atividade;

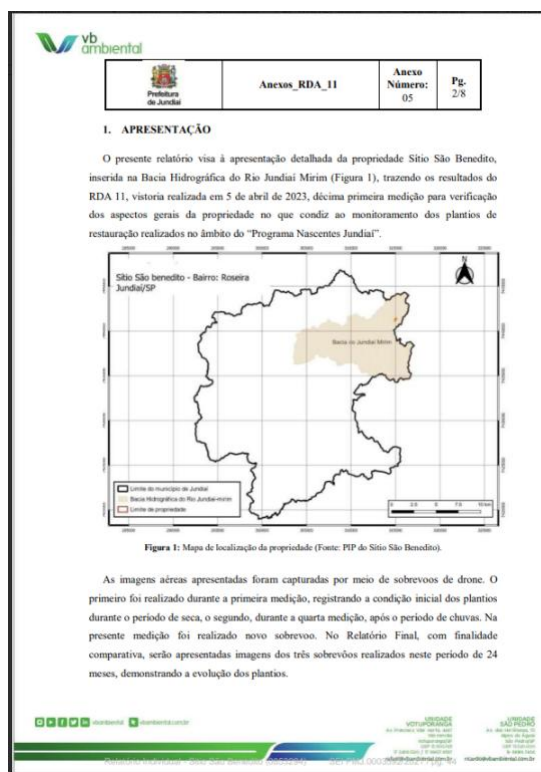


Figura 11: Aspectos do plantio da área de restauração florestal (Foto de abril de 2023).



Figura 12: Aspecto da área de restauração florestal, nas proximidades com bambuzal, com remoção dos bambus que estavam invadindo da área de restauração. (Foto de abril de 2023).



Figura 6: Aspectos do plantio de restauração florestal (P1) (Foto de abril de 2023).



Figura 7: Aspectos do plantio de restauração florestal (P1), na faixa mais estreita do polígono, próximo dos fragmentos florestais, com presença de formação de sub-bosque cercado e da placa informativa instalada (Foto de abril de 2023).

Relatórios descritivos de atividades a cada Medição. Ao contrário do Objeto Incentivo Econômico, que é o pagamento ao proprietário, a UCE de monitoramento é o pagamento para uma empresa fazer a vistoria para identificar se o proprietário está protegendo determinada área e se está apto a receber pelo Incentivo econômico.

Edital de Projetos para os Programas I e II

CONTRAPARTIDA MÍNIMA ANEXO III

Contrapartida mínima apresentada compatível a população do município

Modalidade	Municípios	% mínima de CP
Não reembolsável	Com até 50 mil habitantes	2%
	Acima de 50 mil e até 200 mil habitantes	5%
	Acima de 200 mil habitantes	10%

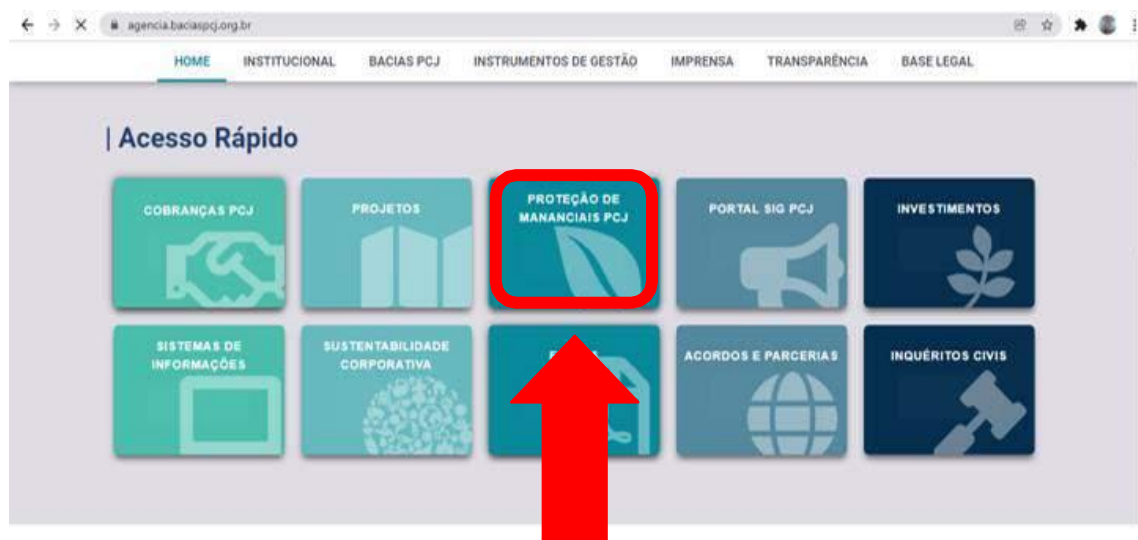
Mínimos de contrapartida apresentado por município dentro do território das Bacias PCJ.

Observação: Os empreendimentos classificados especificamente para a ação Pagamento do Incentivo Econômico a proprietários cujas áreas sejam produtoras de serviços ambientais (**OBJETO D**), constante no **ANEXO II**, deverão ter como contrapartida obrigatória valor igual ao pleiteado (correspondente a 50% do valor global do empreendimento), para ser aplicado por igual período de Pagamento do Incentivo Econômico, via Contrato de Transferência, para um cenário de até 4 (quatro) anos de desembolso.

Edital de Projetos para os Programas I e II

DOCUMENTAÇÃO ANEXO IV

<https://agencia.baciaspcj.org.br/>



<https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/>



A Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ e sua Diretoria Técnica, são responsáveis por operacionalizar os processos de seleção de áreas para empreendimentos relacionados à Política de Mananciais PCJ, desde a inscrição de projetos até a indicação dos tomadores que receberão os recursos disponibilizados em cada exercício, e a contratação da ação em si com recursos financeiros das Cobranças PCJ, além do acompanhamento do andamento do empreendimento ou da ação até o seu encerramento.

Consulte as informações sobre os nossos processos de Seleção de Áreas e Empreendimentos:

- 
- [PROCESSOS ABERTOS](#)
 - [PROCESSOS ENCERRADOS](#)
 - [DOCUMENTOS ORIENTATIVOS](#)
 - [OFICINAS PREPARATÓRIAS](#)
 - [DÚVIDAS](#)

Fale com a equipe da Assessoria Ambiental, através do nosso e-mail ou ligue para nós:

- **E-mail:** manancial@agencia.baciaspcj.org.br, ou pelo,
- **Telefone:** (19) 3437-2100 – Ao ouvir o Menu de Voz disque 9, para falar diretamente em nosso departamento.

Edital de Projetos para os Programas I e II

DATAS IMPORTANTES



Período de protocolo de inscrição pelos interessados (priorizados no Anexo IV)

14/12/2026 a 29/01/2027

Até 11/12/2026

Divulgação dos resultados preliminares da etapa de pré-qualificação das propostas

01/02/2027

Análise da documentação pela Agência das Bacias PCJ

01/02/2027 a 26/02/2027

Período de complementações da etapa de pré-qualificação pelo proponente

Hierarquização e divulgação dos resultados – Empreendimentos qualificados

28/04/2027

Protocolo Eletrônico via:
editalmananciais@agencia.baciaspcj.org.br

Edital de Projetos para os Programas I e II

DATAS IMPORTANTES

Indicação CT-PL

Assinatura do CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA: CAIXA, Agência PCJ e município

Município encaminha uma cópia da publicação de licitação no DOU à CAIXA com cópia para a Agência PCJ

09/09/2027

60 dias após assinatura do contrato

07/05/2027

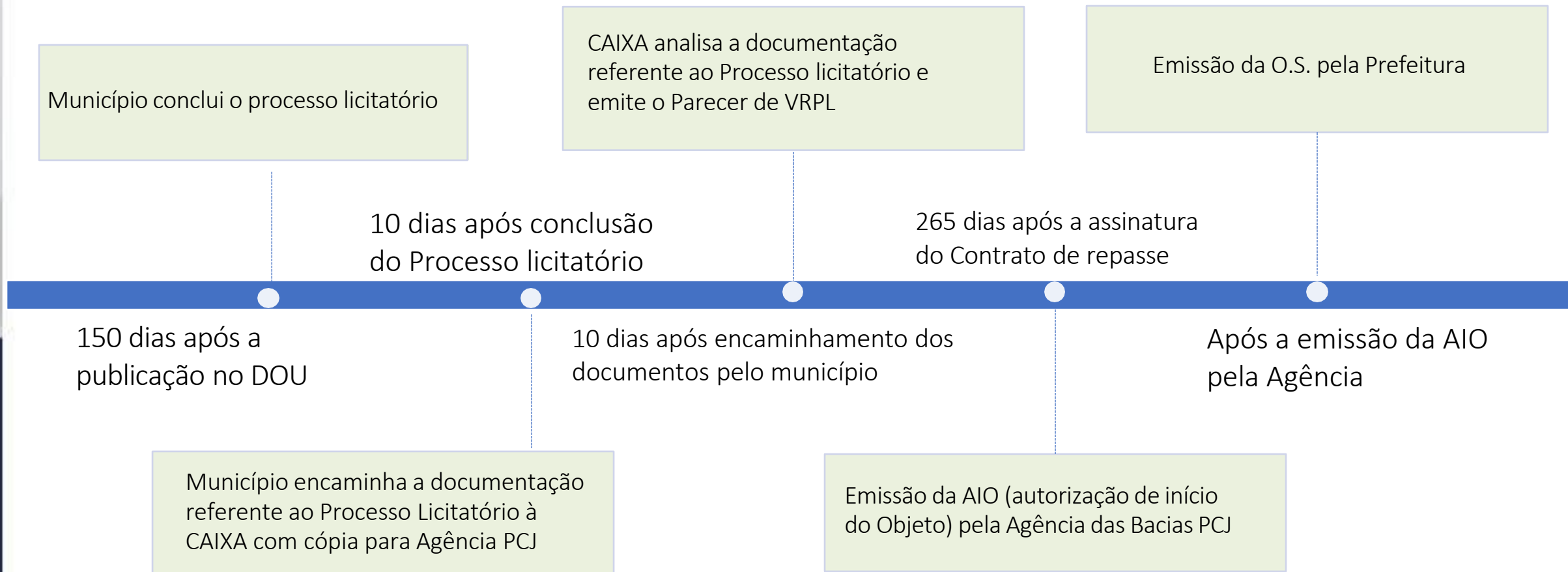
outubro/2027

05 dias após a publicação

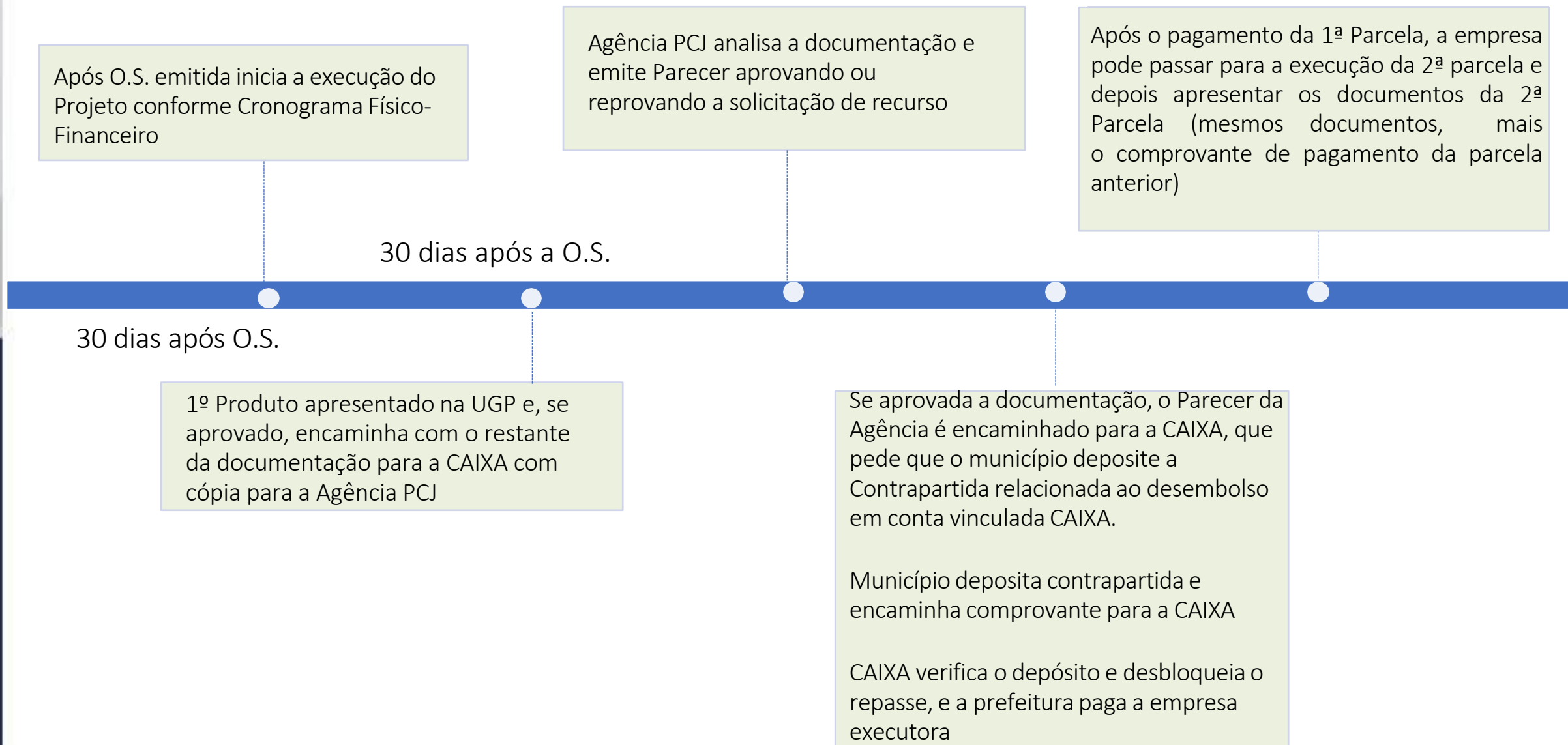
Análise CAIXA - análise de viabilidade técnica e financeira

Prazo para publicação do Edital de Licitação pelo município

Edital de Projetos para os Programas I e II



Edital de Projetos para os Programas I e II



Edital de Projetos para os Programas I e II

Finalizou todas as parcelas e entregou o Produto Final e pagou a última parcela à empresa

Entrega da documentação à CAIXA com cópia à Agência, e a CAIXA tem 30 dias para analisar e emitir o Parecer de Prestação de Contas Final

Se houver qualquer rendimento em conta, será devolvido à Agência PCJ, conforme procedimento

Prefeitura tem 30 dias para entregar os Produtos da Prestação de Contas Final

CAIXA encaminha PCF para a Agência, que analisa e emite Parecer de Prestação de contas Final, juntamente com Ofício de encerramento de Projeto.

Material de Apoio

- Portal SIG Agência das Bacias PCJ (Acessar a **Aplicação [Proteção de Mananciais PCJ](https://mapas.agenciapcj.org.br/portal)** para download dos dados):
<https://mapas.agenciapcj.org.br/portal>
- Manual para Identificação de Áreas Prioritárias PCJ:
<https://agencia.baciaspcj.org.br/assessoria-ambiental/plano-diretor-florestal/>
- Delimitação de Microbacias Hidrográficas no QGIS:
<https://www.youtube.com/watch?v=Vgjfkpy6384>
- Como obter imagens do TOPODATA – MDE ou DEM (Modelo Digital de Elevação):
<https://www.youtube.com/watch?v=Dibut2j80os>
- Recursos do DataGeo (dados espaciais de fontes públicas do estado de São Paulo):
<https://www.youtube.com/watch?v=gAUSqmcIWLU>
- Vídeo instrutivo a respeito da Aplicação Proteção de Mananciais PCJ, para o Edital da Política de Mananciais PCJ:
https://agenciabaciaspcj-my.sharepoint.com/:v:/g/personal/mateus_ismael_agencia_baciaspcj_org_br/Eeqzkurl-ahLkIMDQKkA6t8BOVggjGfN6nV1Y0TTBCAvDA
- Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de MG (IDE – Sisema)
<https://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/webgis>

Questionamentos e esclarecimentos

Obrigado!

Assessoria Ambiental

manancial@agencia.baciaspcj.org.br

